

Introdução

O sistema brasileiro de distribuição atacadista de alimentos, sob regulação pública, é baseado em grandes centrais de abastecimento e é o principal responsável pelo abastecimento de produtos frescos no Brasil, tendo movimentado, em 2011, mais de 15 milhões de toneladas de produtos hortigranjeiros e mais de 18 bilhões de reais.

Tal sistema concebido na década de setenta foi durante muitos anos a única referência nacional para o estabelecimento e difusão de padrões comerciais de produtos hortigranjeiros, constituindo o espaço de formação de preços e de definição de parâmetros de qualidade e classificação. Em 1972 foi criado o SINAC – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, cujos objetivos eram reduzir custos de comercialização e as flutuações da oferta, melhorar os produtos e serviços de classificação e padronização, aperfeiçoar o mecanismo de formação de preços, dentre outros.

A década de 80, por sua vez, correspondeu a um período de aprimoramento operacional do sistema, cuja meta central era auxiliar na transformação do produto agrícola em alimento e, desta forma, lançou-se mão de políticas como: classificação e embalagem, orientação do uso de defensivos agrícolas, entre outros projetos. Ao final desse período já haviam sido criadas 34 CEASAs.

Todavia, já no final dessa mesma década iniciou-se o declínio do sistema. A União deixou de investir, ao mesmo tempo em que obrigou as CEASAs a não reajustarem as tarifas cobradas dos permissionários visando combater a inflação, o que levou a uma perversa descapitalização das centrais. Em suma, o governo não investia e nem permitia que cada CEASA buscasse o seu equilíbrio financeiro, dificultando a realização de seus objetivos.

Em 1985, com novo governo federal, num período de crise fiscal, iniciou-se a discussão da privatização de empresas estatais. As CEASAs passaram a fazer parte da lista das privatizáveis. No fim, decidiu-se por meio de decreto a transferência do controle acionário para os respectivos estados e municípios. Foi o fim do SINAC.

O pós-SINAC foi um período conturbado para as CEASAs, perdeu-se a visão sistêmica e cada estado passou a atuar da maneira que desejava. Consequentemente, cada central seguiu um rumo. O que se viu na prática, em geral, foi o abandono das ações técnicas, empreguismo, ampliações inadequadas, degradação física das instalações, relaxamento na limpeza e higiene, não melhoria na classificação, embalagem e padronização. (MOURÃO, I.R., 2008)

Desde então, as centrais de abastecimento brasileiras vêm perdendo paulatinamente o protagonismo na distribuição e consolidação de padrões de FLVs para o sistema da “grande distribuição” representado pelo segmento varejista moderno.

Metodologia

Esta pesquisa pautou-se em uma leitura crítica da bibliografia acerca da criação, desenvolvimento e crise das centrais brasileiras, além de experiências de centrais de abastecimento em países da Europa e da América Latina. Além disso, foram feitas entrevistas com permissionários da CEASA-Campinas com o intuito de entender a visão dos permissionários em relação as mudanças ocorridas nos últimos anos na distribuição de FLVs. Também foi utilizado dados secundários provenientes da base de dados da CONAB acerca da comercialização de hortigranjeiros nos entrepostos.

Resultados e Discussão

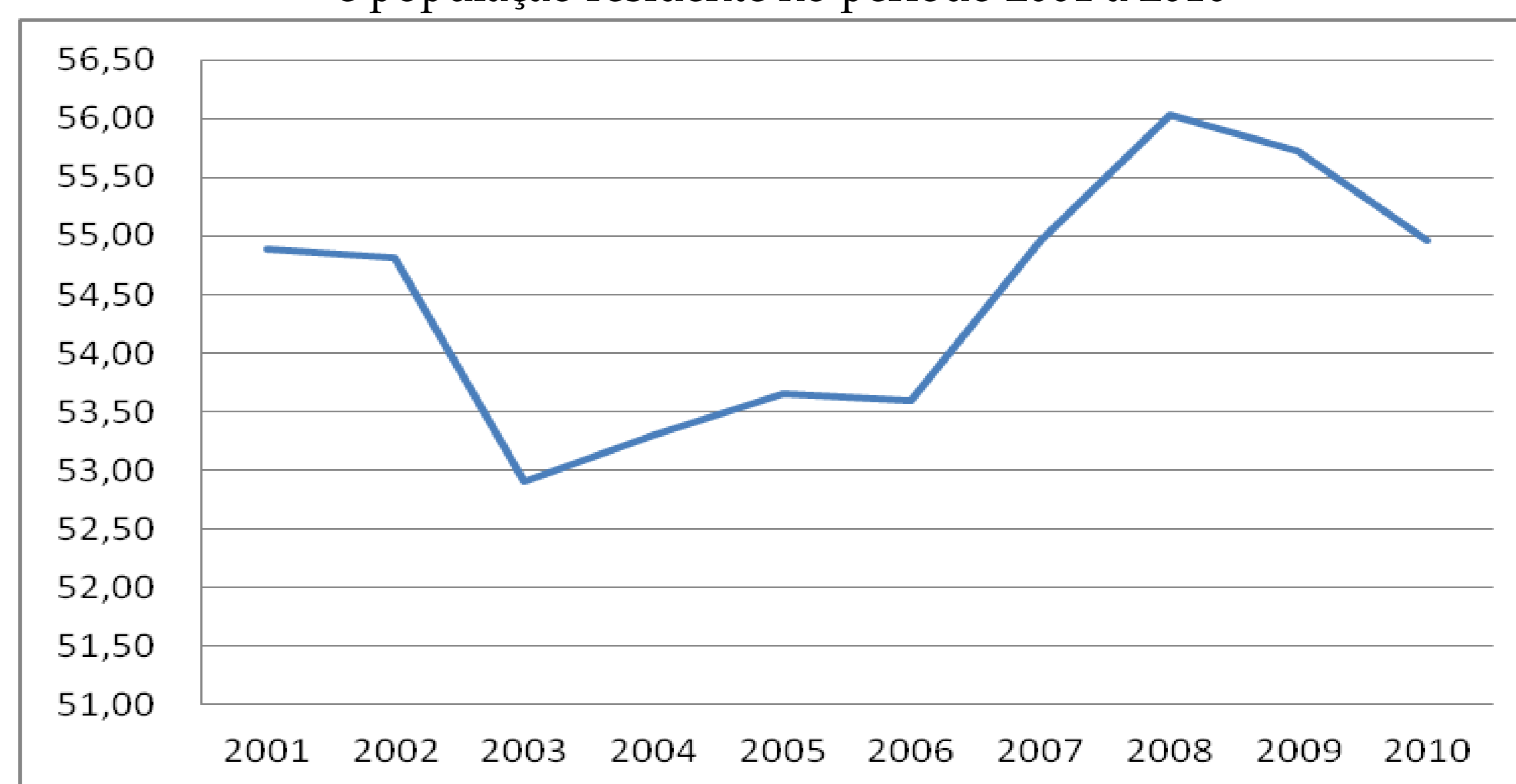
Na última década se verificou a estagnação das CEASAs. Utilizando os dados da CONAB tomou-se uma amostra contendo os dados do volume de comercialização de hortigranjeiros de 21 entrepostos e, com o intuito de inferir o desempenho de tal amostra, optou-se por comparar a evolução da comercialização com a população residente estimada em cada período. Os dados nos indicam que houve um crescimento acumulado de 10,94% na comercialização total de hortigranjeiros no período, embora entre cada entreposto tenha ocorrido desempenhos distintos.

No entanto, quando se compara com o crescimento da população (gráfico 1), isto é, a quantidade em quilograma de hortigranjeiro comercializada por habitante, podemos notar que a partir de 2002 houve uma queda expressiva que se verificou até 2006, quando teve início uma recuperação atingindo o pico da série em 2008. Após este período houve uma pequena queda, recuperando o patamar inicial. Entre 2001 e 2010 houve um crescimento acumulado de 0,27%. Visto que o crescimento da comercialização de hortigranjeiros apenas acompanhou o crescimento da população houve a estagnação relativa destes aparatos públicos. No tocante ao desempenho tratado, faz-se necessária a discussão acerca de suas possíveis causas. O quadro abaixo, aponta algumas dificuldades e problemas que as centrais tem passado nos últimos anos e que contribuíram para o desempenho apontado.

Dificuldades e Ameaças para o Desenvolvimento das CEASAs

- Ineficiência para atender às novas demandas do mercado varejista
- Assimetria de informações entre os agentes
- Dificuldades financeiras
- Precariedade do seu sistema de informação
- Instalações físicas inadequadas
- Necessidade de modernização e expansão
- Inexistência de visão sistêmica

Gráfico 1 - Relação entre kg comercializado de hortigranjeiro nas 21 CEASAs e população residente no período 2001 a 2010



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da SISCOM e do IBGE

Em contrapartida à estagnação dos entrepostos atacadistas, houve grande avanço das redes varejistas na comercialização de FLVs. Bonfim (2003) argumenta que as grandes empresas varejistas têm se orientado para buscar maior proximidade com o produtor, eliminando agentes intermediários como atacadistas, e dar preferência a um sistema de compra direta, fazendo uso das centrais de compras (CC) para o desenvolvimento de uma sólida base de fornecedores de FLV que possa trazer benefícios como o controle sobre o abastecimento e ganhos financeiros decorrentes da eliminação de ineficiências.

Conclusões

Uma política setorial para o segmento deve partir do reconhecimento de que os mercados atacadistas podem constituir um elo decisivo na circulação de informações entre produtores e consumidores, sendo o espaço cujo bem público estratégico, mais do que a localização, é a geração de informações e sua isonomia e que tais informações têm o poder de influenciar a organização do sistema de abastecimento (Cunha, 2006).

A permanência das centrais de abastecimento brasileiras como elo relevante na distribuição de alimentos frescos deve trilhar os seguintes caminhos:

- Formação de parcerias público-privadas (PPP) que possam viabilizar a modernização das instalações físicas das centrais de abastecimento e a adequação do sistema de informação;
- Modificar o sistema de coordenação nas centrais brasileiras, com maior incorporação dos permissionários nas decisões tomadas nas centrais, além de buscar a flexibilização e ampliação dos prazos dos contratos dos permissionários;
- Incorporação por parte dos permissionários da prestação de novos serviços, com o intuito de incrementar a qualidade e a diferenciação dos produtos. Neste sentido, modernizar a logística e incorporar a cadeia do frio é de fundamental importância;
- Redefinir as CEASAs como espaços de definição e difusão de padrões qualitativos e comerciais, mas também de difusão de valores de segurança alimentar. Com uma maior padronização seria possível avançar para a transação virtual, reduzindo assim, o risco moral presente nas transações.
- Avançar no sentido expandir seu papel social com a ampliação e uma melhor gestão dos Bancos de Alimentos. As CEASAs podem, também, adotar programas de apoio ao pequeno produtor através de sua equipe técnica do setor de agronomia, voltado a treinamento e capacitação de pequenos produtores, visando à melhoria de qualidade desde o plantio até a colheita.

Enfim, para a sobrevivência do aparato público de abastecimento de FLVs concebido há mais de quatro décadas é importante que se busque sua modernização para que se encaixe no atual contexto da moderna logística e do grande varejo. As observações acima são exemplos de trilhas a serem percorridas com base nas experiências internacionais e considerando as especificidades do Brasil.

Referências Bibliográficas

- ABRACEN (Org.) Manual operacional das CEASAs do Brasil. Brasília, 2011.
- ALMEIDA, A. R. A. de; BELIK, Walter (orient.). O sistema atacadista alimentar brasileiro. 2010. 162 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- BELIK, W. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: Belik, W.; Maluf, R.S. (orgs) Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. Campinas : IE/UNICAMP, 2000.
- FÁVERO, L.A.(2005) Novas Formas de Coordenação das Atividades de Abastecimento nos Mercados Atacadistas de Frutas e Hortaliças da América Latina. XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais. 2005. Ribeirão Preto.SP.
- MOURÃO, I.R. (2008). MANUAL I: Breve História do Sistema de Ceasas no Brasil (1960 a 2007).